



PROGRAMA DE ESCOLARIZAÇÃO BÁSICA E DE ACESSO A TODOS: uma retórica na formação do trabalhador em tempos de crise societal capitalista

Francisca Helena de Oliveira Holanda¹
Maria Cleide da Silva Barroso²

Resumo

A educação, nas últimas décadas, tem constituído prioridade na agenda dos organismos internacionais. Para tanto, impõem a materialização de políticas delineadas para os países que almejam alcançar o desenvolvimento econômico, adequando-os a um conjunto de reformas e condicionalidades impostas por um receituário neoliberal. Com efeito, nesse caldo de intencionalidades situamos a educação brasileira, ponderando, portanto, o caráter ideológico do aporte documental e dos programas firmados na consolidação das políticas para os países periféricos, alinhando uma política de formação pautada nos conhecimentos do cotidiano, no atendimento às necessidades básicas de aprendizagem capaz de promover a inserção do trabalhador no mercado.

Palavras-chave: políticas públicas; educação; aprendizagens.

Abstract

Education, over the past decades, has become a priority in the agenda of international institutions. As such, they impose the materialization of programs designed to countries that desire to achieve economic development, making them adequate to a set of reforms and conditions imposed by a neoliberal recipe. Indeed, Brazilian education is situated inside this mixture of intentions, wondering, however, the ideological aspect do the documental contribution and the programs cemented on the consolidation of policies for peripheral countries, aligning a politic of formation guided by daily knowledge, by the fulfillment of basic learning needs capable of promoting the insertion of the worker in the market.

keywords: public policies; education; learning.

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Estadual Do Ceará (UECE) E-mail: .hramcysca@yahoo.com.br

² Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal Do Ceará (UFC) E-mail: ccleide1971@yahoo.com.br



Procuramos apontar as estratégias orquestradas pelos organismos internacionais, sobretudo, do Banco Mundial no que se refere às suas orientações, determinações e inserções nas políticas educacionais dos países periféricos ou ditos em desenvolvimento. Como condição de governabilidade no chamado mundo globalizado é imposta aos países devedores uma ampla reestruturação dos sistemas nacionais de ensino, com prioridade para a educação básica, na perspectiva de ajustá-la à reprodução do capital. Nesse sentido, é implementada toda uma logística de efetivação das políticas educacionais pensadas pelos organismos internacionais nos países pobres. Outro aspecto que aqui será delineado refere-se às diretrizes da EPT, suas especificidades e o seu monitoramento anual, sistematicamente organizado pela Unesco na avaliação do cumprimento dessas metas nos países envolvidos.

Inicialmente, faremos a análise de dois importantes documentos que originaram a declaração de Educação Para Todos (EPT) para o século XXI. A primeira em destaque é a Conferência de Jomtien (1990), que constitui o marco principal e de caráter abrangente dos processos educativos; a segunda trata-se do fórum de Ação de Dacar (2000), que se caracteriza pelo caráter avaliativo e pelo compromisso com as metas firmadas em Jomtien. Essas conferências tiveram como órgão fomentador o patrocínio do Banco Mundial e foram implementadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Fundo das Nações Unidas (UNICEF) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Compreendemos que a Conferência Mundial de Educação para Todos (EPT), ocorrida em Jomtien na Tailândia, em 1990, com representatividade de 155 países e 120 Organizações Não Governamentais (ONG's), define o fundamento estratégico da educação mundial ao conferir programas de reformas para a educação nos países menos desenvolvidos. A educação, com ênfase na universalização da educação básica, passa a ser vista como o principal motor para atingir os objetivos de sustentabilidade, de equidade³ e de combate à pobreza nesses países da periferia do capital. Assim, de

³ “Considerado teoricamente, o termo equidade vem do Direito e, mais precisamente, da prática jurídica. Nesse campo, a equidade fundamenta-se numa justiça mais espontânea e corretiva, não se restringindo à letra da lei, podendo mesmo contrariá-la em respeito às circunstâncias e à natureza intrínseca do objeto jurídico considerado. Esta acepção tem base na reflexão aristotélica segundo a qual a natureza da equidade é



acordo com Mendes Segundo (2006), sob o patrocínio do Banco Mundial, a conferência de Jomtien teve

[...] como acordo, nos países-membros, o compromisso da universalização da educação básica para a população mundial, fundamentada no entendimento em que este nível é satisfatório às necessidades de aprendizagem. Para alcançar esse objetivo, todos os participantes deveriam adaptar, em seus países, estratégias com vistas a assegurar o direito a uma educação básica de qualidade, com impactos na sociedade e na vida das pessoas (p. 229).

De todo modo, a Declaração de Jomtien foi reiterada, desdobrando-se em sucessivas conferências, fóruns, semanas de Educação para Todos, com a finalidade de compor a pauta da agenda afirmativa de universalização do ensino nos países membros envolvidos. A exemplo da Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos (Índia, 1993), as Conferências Ibero-Americanas de Educação (a partir de 1990) e os Relatórios de Acompanhamento Global da EPT, de 2003 até 2008, constituem dessa forma, ilustração do grande Movimento de Educação para Todos promovidos pelos organismos internacionais.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, conhecida como Declaração de Jomtien, em 1990, torna-se um marco, pois se apropria de bandeiras revolucionárias aspiradas pela classe trabalhadora, por exemplo, ao direito irrestrito à educação de qualidade com acesso ao conhecimento sistematizado e universal, “capaz de elevar a classe operária acima das classes superiores e médias”⁴. Aqui, ao contrário, o conhecimento é dissimulado pelo discurso mistificador de Educação para Todos, sob um conjunto de aprendizagens mínimas para a formação do trabalhador do século XXI.

Nesse sentido, o documento abre, em seu preâmbulo, o anúncio ao *direito à educação* proclamado pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948 e questiona o fato de esse direito ainda não ser universal. Desse modo, a Declaração de Jomtien apresenta o seguinte diagnóstico:

[...] mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário; mais de 960 milhões de adultos –

a retificação da lei quando esta se mostra imperfeita, por seu caráter universal, para casos particulares” (FONSECA, 1998, p. 6).

⁴ Documento Instruções aos Delegados ao I Congresso Internacional dos Trabalhadores (MANACORDA, 2006, p. 297).



dois terços dos quais mulheres são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento; mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais (UNESCO, 1990, p. 1).

O documento chama a atenção para um quadro sombrio de problemas que assolam a sobrevivência da humanidade, de dimensões econômicas, políticas, sociais e ambientais, por exemplo, o aumento da dívida de muitos países, a estagnação e decadências econômicas, o aumento da população, as lutas civis entre grupos, a morte de milhões de crianças e a degradação do meio ambiente. Esses problemas, segundo o referido documento, dificultaram todos os esforços empregados no sentido de “satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem”, apontando, todavia, que a falta da educação básica para a população, no caso, a grande maioria, impede que a sociedade não reúna condições para enfrentar esses problemas mais eficazmente.

Por conseguinte, o referido documento situa que a década de 1980 caracterizou-se por amplos cortes nos recursos públicos em alguns países, decorrência da implementação das políticas neoliberais, afetando um comprometimento maior na área social. Na educação, esse fato surtiu um feito devastador. Mesmo em outros países, onde se verificou crescimento econômico e onde foi possível investir e expandir o sistema, milhões de pessoas continuam enfrentando a pobreza, a privação de escolaridade ou se encontram estigmatizadas pelo analfabetismo.

Para tanto, o documento referente à Declaração Mundial sobre Educação para Todos centra-se na seguinte temática: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, apresentando para as gerações presentes e futuras uma proposta de educação básica, cujas características denotam uma preocupação em adequá-la à magnitude do século XXI e às transformações que essas gerações devem preparar em si mesmas. Portanto, “cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem” (Ibidem, p. 2-3, artigo 1º), tendo em vista a abrangência da proposta. Por conseguinte, por necessidades básicas de aprendizagem, o texto afirma



que,

[...] tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo (Ibidem, p. 3).

Dessa forma, o compromisso de educação para todos é celebrado, e todos são convocados a somarem os esforços nessa urgente campanha: salvar o mundo da pobreza e da ignorância. Nessa direção, como já foi dito, a década de 1990 constituiu-se o palco de vários acontecimentos que levaram à perspectiva da efetivação dos objetivos da Declaração de Jomtien: o ano Internacional da Alfabetização (1990), pelo qual permite avançar rumo às metas da Década das Nações Unidas para os Portadores de Deficiências (1983-1992); a Década Internacional para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997); a Quarta Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1991-2000); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e Estratégias para o Desenvolvimento da Mulher, e da Convenção sobre os Direitos da Criança (1990) (Ibidem, p. 8).

Com efeito, o projeto de Educação para Todos, na íntegra, constitui-se uma “referência e um guia para os governos, organismos internacionais, instituições de cooperação bilateral, organizações não-governamentais (ONG’s), e todos aqueles comprometidos com a meta da educação para todos” (Ibidem). Para tanto, a implementação do projeto tem três níveis de ação imediata: I. ação direta em cada país; II. cooperação entre grupos de países que possuem certas características e interesses; e III. cooperação multilateral e bilateral na comunidade mundial.

Podemos ressaltar que a Conferência de Jomtien estabeleceu um “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”, numa proposta de educação básica com padrões mínimos de qualidade, afirma oferecer a possibilidade de erradicar todos os problemas globais que a humanidade vem enfrentando nas últimas décadas. Por isso, torna-se um fator dedutivo dos ajustes de estratégias de caráter ideológico-político no ordenamento dos países periféricos à nova lógica mundial de educação. Assim,



Mendes Segundo (2006) reitera:

A conferência de Jomtien torna-se um marco nas determinações sobre educação mundial, principalmente nos países pobres. Como princípio, todos os países que almejassem o desenvolvimento, a integração planetária e a sustentabilidade econômica deveriam ter como preocupação a agenda da educação para todos. A partir daí, a educação passaria a ser monitorada nos países envolvidos, sob pena de causar ingovernabilidade ou instabilidade social (p. 230).

Portanto, os países membros da Unesco firmaram um compromisso em que aprovaram a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Esquema de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem* através do qual ressaltaram seis grandes metas, que, na verdade, são determinações a serem cumpridas e com prazos específicos, a saber: I. a expansão dos cuidados e atividades, visando ao desenvolvimento das crianças em idade pré-escolar; II. o acesso universal ao ensino fundamental (ou ao nível considerado básico), que deveria ser completado com êxito por todos; III. a melhoria da aprendizagem, tal que uma determinada porcentagem de um grupo de faixa etária “x” atingisse ou ultrapassasse o nível de aprendizagem desejado; IV. a redução do analfabetismo adulto à metade do nível de 1990, diminuindo a disparidade entre as taxas de analfabetismo de homens e mulheres; V. a expansão de oportunidades de aprendizagem para adultos e jovens, com impacto na saúde, no emprego e na produtividade; VI. a construção, por indivíduos e famílias, de conhecimentos, habilidades e valores necessários para uma vida melhor e um desenvolvimento sustentável (UNESCO, 1990).

Com efeito, o projeto de Educação para Todos, sob a tutela do Banco Mundial, inspirada ideologicamente por uma estratégia política e de cunho econômico, disponibiliza programas que trazem na íntegra um caráter compensatório, com predomínio da racionalização de recursos, da equidade – não da igualdade substantiva – (MÉSZÁROS, 2003) e do gerenciamento eficaz para os países periféricos. Nesse sentido, a tentativa de promover o pensado desenvolvimento econômico e a redução da pobreza ancorada, portanto, como não é possível negar, com as necessidades de reprodução do capital em sua lógica sócio-metabólica, vem solapando todas as dimensões sociais de forma destrutiva.

Na verdade, os projetos educacionais têm como horizonte adaptar-se aos ditames



do então mundo globalizado (ou, ainda, da sociedade do conhecimento), de modo a ajustar um conjunto de reformas introduzidas na educação, em todos os níveis e modalidades. No caso brasileiro, a expressão mais contundente se deu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96).

Para a consolidação de interesses, são impostas mudanças de ajustes no sentido de reestruturar as instituições de educação sob a orientação do Banco Mundial. A partir de um caráter de compromissos, é acordado o monitoramento das políticas a serem implementadas pelo país tomador de empréstimos no intuito de manter a governabilidade. Nesse sentido,

[...] impõem-se mudanças devastadoras, aplicando-se aos padrões de financiamento e à forma de gestão dos sistemas de ensino, como às definições curriculares, aos processos avaliativos e modelos de formação docente, critérios estritamente empresariais e mercadológicos [...] a contenção dos gastos com a educação pública, priorizando, mesmo assim avaramente, o ensino fundamental, lançando o ensino médio e o superior à arena da privatização, além de fazer jorrar suas graças financeiras pelos cofres das empresas privadas de ensino superior [...] formas camufladas ou não tanto, de negação do conhecimento, como o ensino a distância, a fragmentação dos currículos, a redução do tempo de duração dos cursos, ou o treinamento docente em serviço, além da implementação da pedagogia das competências, ou, de um modo mais genérico, do aprender a aprender, o Banco conta que a educação promova, sob sua tutela, a inserção dos países pobres no mapa da globalização, além de garantir que todas as pessoas obtenham conhecimento necessário a uma vida melhor e a um desenvolvimento sustentável (JIMENEZ & MENDES SEGUNDO, 2007, p. 124-125).

Decorrida uma década, a Declaração de Jomtien deveria apresentar os resultados do cumprimento de todas as metas na obtenção da universalização de ensino básico com foco na Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem: novamente, no âmbito mundial, a política de Educação para Todos volta a ser reiterada em 2000, na cidade de Dacar (Senegal), quando os governos de 180 países e 150 ONG's representadas reuniram-se, para avaliar a década passada (1990-2000) e traçar novas estratégias e novas metas para os próximos quinze anos (2015), data-limite para a apresentação de resultados positivos. No entanto, os resultados obtidos dessa avaliação destacaram que alguns países atingiram progressos significativos, mas consideraram inaceitável o fato de que, no ano 2000, ainda coexistam no mundo cerca de um bilhão de analfabetos entre



adultos (880 milhões) e crianças em idade escolar (mais de 113 milhões).⁵

O Fórum Mundial de Educação para Todos, realizado em Dacar, teve como objetivo apresentar os resultados acerca da avaliação da década da Educação, proclamada em 1990. O relatório aponta que “As políticas recomendadas e adotadas nos últimos anos não têm respondido satisfatoriamente às necessidades e expectativas da população latino-americana, nem às realidades do sistema escolar e dos docentes em particular”. Diante do exposto, sugeriram alguns pontos em que os países podem avançar: estabelecer políticas que regulem o desenvolvimento educacional, inspiradas em valores humanos fundamentais; continuar expandindo a educação básica, com mais equidade; incrementar a qualidade dos serviços oferecidos aos pobres; recuperar para a educação e para a política educativa a visão multisetorial, a visão sistêmica e a visão de longo prazo; resguardar, no contexto da globalização, a identidade latino-americana, com ênfase na multiculturalidade⁶.

Nesse sentido, o Fórum Mundial de Educação de Dacar elegeu seis grandes metas, que consistem em atingir, até 2015, seu cumprimento eficaz, as quais veremos a seguir: I. Ampliar e aperfeiçoar os cuidados e a educação oferecidos à primeira infância, principalmente para as crianças mais vulneráveis e carentes; II. Assegurar que, até 2015, todas as crianças em “situação difícil”, principalmente as meninas, e as que pertencem a minorias étnicas ao acesso e permanência à educação primária obrigatória de boa qualidade; III. Assegurar as necessidades educacionais de todos os jovens e adultos, por meio do acesso equitativo a bons programas de ensino e de aquisição de habilidades de vida; IV. Alcançar, até 2015, uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente para mulheres, bem como o acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos; V. Eliminar, até 2005, as disparidades entre os gêneros no ensino primário e secundário e alcançar qualidade na educação de ambos os gêneros até 2015; VI. Aperfeiçoar a qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de modo que os resultados acadêmicos reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, principalmente em termos de alfabetização, conhecimentos aritméticos e

⁵ Fonte: Relatório de Acompanhamento Global da EPT, 2003/2004. Versão Resumida – Gênero e Educação para Todos: o salto rumo à igualdade – Relatório Conciso – Disponível em: www.unesco.org.br. Acesso em 19.06.2004, p. 2.

⁶ Fonte: PRONUNCIAMENTO LATINO-AMERICANO SOBRE “EDUCAÇÃO PARA TODOS” Por ocasião do Fórum Mundial da Educação (Dacar, 26-28 abril, 2000) pronunciamento@fibertel.com.ar, p. 1-7.



habilidades importantes para a vida (Ibidem, p. 5).

Compreendemos que o Fórum Mundial de Educação em Dacar priorizava a educação como direito de todos, a ser traduzida como benefício que satisfaça às necessidades básicas de aprendizagem, necessidades essas focadas nos pilares do “aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser”. De acordo com Jimenez (2005, p. 72), esses pilares pretendem “[...] formar um novo trabalhador que deve, principalmente, saber-ser: polivalente no trato dos novos instrumentos de trabalho, ágil e flexível no raciocínio e na tomada de decisões, além de mostrar-se também harmonioso, cooperativo, emocionalmente equilibrado [...]”.

Como revelam os pressupostos das declarações internacionais, seus ideólogos pretendem transformar a educação em um instrumento capaz de efetivar o desenvolvimento sustentável. Sob esse aspecto, tal proposição integra um amplo programa estratégico arquitetado pelo capital no sentido de superar sua crise estrutural, desencadeada já por volta da década de 1970 (MÉSZÁROS, 2006). O programa de Educação para Todos, portanto, surgiu da necessidade de os países ricos encontrarem um direcionamento eficaz para a superação da crise vivida pela sociedade capitalista, diagnosticada nas últimas décadas pelo decréscimo das taxas de lucro, pela redução do crescimento econômico, pelo desemprego estrutural.

REFERÊNCIAS:

- Conferência Mundial de Educação Para Todos. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: < www.unesco.br. > Acesso em: 13 set. 2012
- FONSECA, Marília. **O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro.** *Rev. Fac. Educ.* v. 24 nº 1 São Paulo jan/jun. 1998.
- JIMENEZ, Susana. **Consciência de classe ou cidadania planetária?** Notas críticas sobre os paradigmas dominantes no campo da formação do educador. *Educação*, V. 22 pp. 57-72, Maceió, EDUFAL, 2005.
- MANACORDA, M. Alighiero. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias.** São Paulo: Cortez, 2006.
- MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. O Banco Mundial no comando da educação dos países periféricos. In: **Trabalho, educação e a crítica marxista.** RABELO, J; FELISMINO, S. C. et al. (Orgs.). Fortaleza, 2006.
- _____. Educação Para Todos: A política dos organismos internacionais in: JIMENEZ, Susana; SOARES, Rômulo; DO CARMO, Maurilene; PORFÍRIO, Cristiane. **Contra o**



Pragmatismo e a favor da filosofia da práxis: uma coletânea estudos classistas. Fortaleza, /EDUECE/IMO, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Educação para Além do Capital.** SP: Boitempo, 2005.

_____. **A Teoria da Alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA – UNESCO, 1990. Disponível em: www.unesco.org.br/publicacoes/doc - internacionais. Acesso em: 10-05-2012.